

Crise e globalização no capitalismo contemporâneo: alguns aspectos do debate em torno dos conceitos de Estado-nação, Império e Imperialismo

Paulo Balanco
Eduardo Costa Pinto
Ana Maria Milani

Resumo: Este artigo discute as transformações do capitalismo tomando como base teórica os conceitos de crise, ciclo e globalização. Procura-se elaborar uma caracterização do capitalismo contemporâneo e ao mesmo tempo realizar uma abordagem crítica a respeito do debate em torno da questão. Dessa forma, os conceitos de “Estado-nação”, “Império” e “Império americano” são adotados como contraponto.

Abstract: In this article we discuss the transformations of the capitalism taking as theoretical base the concepts of crisis, cycle and globalization. We try to elaborate a characterization of the contemporary capitalism and at the same time to accomplish a critical approach regarding the debate around the subject. In that way the concepts of “State-nation”, "Empire" and "American Empire" are adopted as counterpoint.

I – Introdução

A finalidade deste artigo é discutir as recentes transformações do capitalismo procurando situá-las como resultados inerentes ao movimento reprodutivo deste sistema. À luz de alguns conceitos fundamentais hoje exaustivamente discutidos, entre os quais, a noção de *globalização*, a extensão da atual crise do sistema, o papel do Estado-nacional, a aplicabilidade do termo *imperialismo* na atualidade, o exercício da hegemonia e as alternativas anticapitalistas presentemente formuladas, procurar-se-á explorar uma linha de caracterização do cenário capitalista contemporâneo.

Esta iniciativa, concomitantemente, enseja o tratamento deste objeto em consonância ou em contraponto às elaborações econômicas e políticas que tem surgido nos anos recentes dando conta de um quadro novo e potencialmente positivo, tanto em termos da preservação/regeneração, quanto da substituição do sistema. A esse propósito, destacam-se aqui os conceitos de “Império” de Hardt & Negri, colocado em uma perspectiva progressista, e o emprego da noção de “Império americano”, implícita à recente reformulação da doutrina norte-americana de relações internacionais, por sua vez, de extração neo-conservadora.

Confirmada a hipótese de que o capitalismo encontra-se mergulhado em crise inédita, marcada pela estagnação e turbulência, este contraponto permitirá avaliar as insuficiências, além do caráter idealista e doutrinário, presentes naquelas formulações.

Para este propósito, além desta introdução, discute-se na segunda seção deste artigo a relação entre crise, ciclo e globalização, procurando, com isso, fundamentar as bases econômicas responsáveis pelas transformações capitalistas e identificar os caracteres principais deste sistema nos dias de hoje. Na terceira seção, a partir da interpretação da natureza contemporânea da crise, procura-se questionar a validade das formulações teóricas negadoras do Estado-nação, como categoria de análise decisiva, e do conceito de hegemonia, para o que se adota como referência principal o conceito de Império cunhado por Hardt & Negri. Na quarta seção a preocupação está voltada para a apreensão das expressões políticas da crise, procedimento que é desenvolvido tomando-se como direção a contraposição entre os conceitos de Império e imperialismo. Por fim, na quinta seção, procura-se alinhar algumas idéias a título de conclusão.

II – Bases econômicas da transformação capitalista: a globalização e a estagnação contemporâneas

A nossos ver, a investigação da economia capitalista contemporânea deve partir, em termos metodológicos, do dispositivo teórico que descreve o mecanismo reprodutivo deste sistema. Dessa forma, como é sabido por meio da economia política formulada por Marx, um conjunto determinado de leis de movimento e reprodução orienta e conduz o funcionamento dessa economia por meio de uma regularidade particular. Esta regularidade está sintetizada no conceito de *ciclo econômico*, o qual, por sua vez, incorpora a *crise* como uma de suas formas básicas. Assim, no capitalismo, produção, realização do excedente e acumulação do capital, ao tempo em que estão logicamente relacionados entre si, também se articulam de acordo com ritmos, volumes e proporções desiguais no tempo e no espaço, decorrendo dessa dimensão a manifestação da crise, em geral denominada de superprodução (MARX, 1986).

O ciclo, portanto, é identificado com a dinâmica capitalista e, em sua formulação clássica, representa a constituição de um processo logicamente encadeado, transcorrido em um certo período de tempo. Os elos dessa cadeia de fenômenos econômicos são representados por, a saber, um período inicial de ascensão, cuja marca dominante é a acumulação acelerada do capital, vindo a seguir uma segunda fase, na qual a superacumulação passa a ser o traço dominante. O desenlace deste processo, ainda dentro da segunda fase, acontece com a abertura da crise em si mesma, qual seja, um período durante o qual haverá desaceleração da acumulação e sub-investimento (KATZ, 2000).

No que tange à regularidade temporal do ciclo, é possível operar com duas perspectivas. De um lado, tendo em vista somente as leis internas da economia capitalista, a duração do mesmo correspondente a um período médio de 7 a 10 anos. Por outro lado, reorganizando a concepção do ciclo em termos do conceito de *ondas longas*, temos a agregação dos acontecimentos históricos aos fundamentos econômicos e a observação de uma maior complexidade de elementos explicativos da trajetória sistêmica do capitalismo. Representa a ampliação do conceito cíclico com a introdução de eventos sociais, históricos e políticos de grande envergadura, possibilitando a periodização do capitalismo centrada em outra noção de regularidade. Com o conceito de ondas longas, as quais podem também ser denominadas de “curvas de desenvolvimento do capitalismo”, ter-se-ia um instrumental teórico que abarca uma perspectiva histórica mais ampla, resultando na construção de um instrumental de identificação de uma sucessão de períodos cíclicos mais dilatados de cerca de 50 anos (KATZ, 2000).

Também a onda longa desdobra-se em duas fases distintas interligadas. Na primeira há o advento de uma revolução tecnológica, a incorporação de novos espaços geográficos de produção, ao tempo em que bens de produção novos são introduzidos à base técnica modificada. Em simultâneo, por um lado, efetiva-se ampliação da taxa geral de lucro e acumulação acelerada, enquanto, por outro lado, expande-se o capital ocioso e a desvalorização do antigo capital nos ramos de bens de produção. Já a segunda fase revela entre suas características mais importantes a generalização dos novos meios de produção, o que acarreta a dissolução da acumulação no setor de bens de capital, o surgimento de lucros declinantes, desaceleração da acumulação e o aparecimento de dificuldades para a valorização do capital total acumulado (MANDEL, 1985).

Uma outra dimensão dual da crise merece também ser considerada. Ela se impõe, contraditoriamente, por meio de conseqüências deletérias, quando a crise se instala, e através de resultados regeneradores, quando a economia capitalista procura superá-la e retornar a uma trajetória expansionista da acumulação. Isto significa que a lógica interna de funcionamento desta economia apresenta endogenamente as alternativas para a superação de suas dificuldades reprodutivas, conferindo à destruição o estatuto de elemento regular e ordinário do sistema. Para que a acumulação retorne aos níveis “normais” há a necessidade de destruição de capital, forças produtivas e mercadorias, representando, portanto, a fixação de um novo patamar adequado à retomada. Concomitantemente, este patamar espelha o início de um novo ciclo (onda) longo de acumulação (desenvolvimento) do capital.

2.1 Dinâmica capitalista e a dialética da globalização

Feitas estas considerações, fica facilitada a tarefa de analisar uma questão de grande relevância que emergiu para o primeiro plano no capitalismo contemporâneo, alvo de grandes e polêmicas discussões,

cuja interpretação se apresenta como indispensável para o desenvolvimento das idéias aqui expressadas. Trata-se da chamada *globalização*, em grande parte das abordagens considerada um fenômeno recente, o que justificaria delimitar os anos 1970 como seu marco inicial. De nossa parte, tendo em vista a discussão acima efetuada acerca do ciclo econômico, a globalização é aqui teorizada com base nas leis de movimento e reprodução do capital, o que significa, portanto, a escolha de um determinado enquadramento teórico desde o ponto de partida. Desta forma, considerando a natureza imanente do capitalismo, reconhecê-lo como portador de uma “dialética da globalização” torna-se uma decisão acertada, do que decorre a escolha da globalização como uma categoria de análise adequada para a compreensão do funcionamento desta economia. Todavia, este fenômeno - e aqui nos diferenciamos da maioria das análises acerca da questão - longe de ocorrer como excepcionalidade, na verdade, está associado à regularidade do capitalismo, a qual fundamenta o impulso às transformações permanentes do mesmo, enquanto totalidade, desde sua origem (BALANCO, 1999; SWEEZY, 1997).

Com o advento da grande indústria e da subsunção real do trabalho ao capital, cenário que se consolida a partir do início século XIX, o capitalismo passa a contar com um mecanismo que revelaria sua inexorável tendência à expansão. Desde então, a partir da afirmação e predomínio daquelas nações que compuseram o núcleo pioneiro do novo modo de produção, o capital se apresenta como a força determinante constitutiva dessa totalidade mediante um processo contínuo. Muito embora, como é próprio da natureza de seu movimento cíclico, sua dialética interna operasse por meio de contrações, rupturas e relações mútuas perfazendo um universo extremamente diverso, a tendência dominante foi a implementação de estruturas homogêneas, de caráter econômico, político e cultural, sobre o conjunto das nações.

Dentro desta trajetória, em que pese a consolidação do Estado-nação tenha sido efetuada pelo próprio capitalismo como um requisito indispensável para sua afirmação, o *mercado mundial*, aqui pressuposto como uma categoria integradora das unidades territoriais nacionais, apresenta-se como uma parte indispensável da estrutura do capital visando sua expansão. A propagação do capitalismo significa a expansão do mercado mundial, e o mesmo ocorreria, necessariamente, por intermédio de mutações, materializando, por conseguinte, o fenômeno dialético que aqui é chamado de *globalização*.

Destarte, a globalização deve ser classificada como fenômeno regular implícito à *endogeneidade* do capitalismo. No plano da teoria, a introdução do pressuposto da tendência do capitalismo à globalização está ligada à necessidade de construção de um arcabouço que valide as alterações conhecidas no mercado mundial como resultados das regularidades sistêmicas anteriormente mencionadas. Assim, o caráter mutante do capitalismo, que revela periodicamente novos quadros qualitativos, ou novas modalidades da globalização, decorre da ação das relações causais e recorrentes implícitas às leis econômicas historicamente determinadas deste sistema (SWEEZY, 1997).

As transformações do capitalismo, guiadas pela dialética da globalização, como se viu, representam a realização da trajetória do ciclo econômico. Entretanto, para que este seja compreendido em sua abrangência, devemos incorporar outro parâmetro fundamental à análise, qual seja, a lei estrutural do sistema que se expressa em movimentos da taxa geral de lucro. A operacionalidade dessa lei leva às passagens interfases do ciclo, do período de expansão para o período de retração, e vice-versa. Na esfera do mercado mundial, em decorrência de contrações da taxa geral de lucro no interior das economias nacionais, verifica-se o deslocamento espacial dos capitais intra e inter-países. Marx diz que a “(...) queda da taxa de lucro e acumulação acelerada são (...) apenas expressões diferentes do mesmo processo (...). A acumulação, por sua vez, acelera a queda da taxa de lucro, à medida que com ela está dada a concentração dos trabalhos em larga escala e, com isso, uma composição mais elevada do capital. Por outro lado, a queda da taxa de lucro acelera novamente a concentração do capital e sua centralização (...)”. (MARX, 1986, vol. IV, p. 183).

Nesta linha, a globalização, tomado como resultado empírico, reflete as flutuações da *taxa geral de lucro*, as quais motivam os capitais individuais a ampliarem os mercados e a ocuparem novos territoriais produtivos. Assim, de acordo com uma sumarização proposta por Mandel, estas flutuações são motivadas pelos seguintes fatores: 1) Alterações na relação entre meios de produção e força de trabalho; 2) Mudanças na distribuição do capital constante entre capital fixo e capital circulante; 3) A evolução da taxa de exploração do trabalho (taxa de mais-valia); 4) O desenvolvimento da taxa de acumulação; 5) O desenvolvimento do tempo de rotação do capital e 6) A relação de troca entre o setor de produção de bens de produção e o setor de produção de bens de consumo (MANDEL, 1985, cap. 1).

2.2. Novos padrões da globalização: crise recorrente e aprofundamento da integração capitalista

Passemos agora a identificar alguns dos aspectos mais importantes do capitalismo em sua trajetória histórica recente, isto é, aquela relativa ao período de passagem da última fase expansiva para a fase atual, marcada pela longevidade da inflexão negativa nas taxas de crescimento, inaugurada desde meados dos anos 70 do século passado.

O emprego do método de periodização do capitalismo com base no critério cíclico leva-nos a concluir que o mesmo percorreu quatro ondas longas ao longo de seu desenvolvimento deste o início do século XIX. Contudo, para os propósitos deste trabalho, é suficiente adotarmos a terceira onda longa como ponto de partida. Ela corresponde ao período de cerca de 50 anos iniciado no final do século XIX e cujo desfecho, em sua fase profundamente depressiva, ocorreu por volta do final da primeira metade da década de 1940. Entre os eventos mais expressivos daquela onda encontram-se as duas grandes guerras mundiais, o fim do regime monetário-cambial do padrão-ouro, a crise de 1929 e o início da recuperação européia. E, coroando a consolidação das grandes transformações

ocorridas naquele período, a hegemonia no mundo capitalista foi transferida das mãos da Inglaterra para as dos EUA.

Dessa maneira, sucedendo aquele longo período, afirma-se que o capitalismo encontra-se atualmente em sua quarta onda longa de desenvolvimento. Já dentro desta, em sua primeira fase, abrangendo o espaço de tempo que vai de meados da década de 40 a meados da década de 70 do século XX, portanto, já concluída, a globalização revelou formas próprias inerentes a uma nova era de evolução desta sociedade. Foram cerca de três décadas de continuada prosperidade e, inclusive, melhoria do bem-estar das grandes massas trabalhadoras nos países centrais.

Conhecida também como a “era dourada”, a fase de ascensão da quarta onda longa deu margem a uma expansão continuada entre anos de 1945 e 1975. A intensa acumulação de capital ocorrida neste período aconteceu com base em um núcleo funcional composto pela grande empresa, aprofundando sua penetração nacional e internacional, e pelo Estado, mediante forte intervencionismo e “regulação”. Entretanto, essa mesma receita pouco contribuiu para que os países periféricos lograssem diminuir o fosso que os separavam do núcleo orgânico do sistema, confirmando, como é princípio da globalização, o desenvolvimento desigual do capitalismo.

A expansão da atuação da grande empresa, para além dos espaços nacionais que as sediavam originariamente, caracterizou uma nova etapa da “exportação de capital”. Tornou-se possível, com isso, um reordenamento na divisão internacional do trabalho, já que - como é inerente ao período ascendente da onda longa - a revolução tecnológica então experimentada permitiu um avanço da integração dos países subdesenvolvidos ao mercado mundial de tal forma a elevá-los também à posição de produtores de bens acabados a preços de monopólio. Emerge, então, um novo quadro que viria apenas confirmar a inexorável atuação das leis econômicas do capitalismo como fatores de impulsão ao deslocamento dos capitais entre os diversos espaços geográficos do planeta. Ao interior desse processo, os novos interesses das empresas multinacionais européias e americanas nas regiões atrasadas do planeta levaram-nas, por conseguinte, a ampliarem o espaço de vigência das relações capitalistas de produção.

A inflexão da fase ascendente da quarta onda longa para sua segunda fase aconteceu durante os anos 1970, quando as taxas de acumulação do capital começam a experimentar recuos significativos. O ingresso do capitalismo na fase descendente da atual onda longa, portanto, caracterizada pela abertura da crise, criaram as condições que convergiriam para a formatação atual da globalização. O capital inicia, buscando minorar os efeitos negativos sobre a taxa geral de lucro, mediante medidas orientadas pelos estados-nacionais dominantes, um movimento agressivo de intervenções sobre o mercado mundial. Decorre disto a aplicação de profundas mudanças, entre as quais se destaca a integração definitiva das economias nacionais ao mercado mundial, novamente via a grande empresa, embora sob procedimentos

novos, ao lado da recuperação, no plano doutrinário-ideológico, do princípio do livre-comércio e da livre-iniciativa como pressupostos para uma escalada de desvalorização do trabalho e conseqüente elevação do grau de apropriação do sobre-trabalho.

A queda da taxa geral de lucro foi drasticamente confirmada durante os anos 70, dando margem ao surgimento de um pronunciado desemprego crônico nos países avançados da Europa ocidental e nos EUA (BRENNER, 1998, 2003; DUMÉNIL & LÉVY, 2002). Instalada a crise, esta se tornou recorrente: instabilidade, incerteza e estagnação passaram a compor o cenário ordinário do capitalismo desde então.

Esgotada a trajetória de ascensão dentro da atual onda longa, a globalização contemporânea pode ser também interpretada como um processo de ajuste voltado para a determinação de novas formas de reprodução. Portanto, uma das mais notáveis conseqüências da globalização é a transformação da relação desenvolvimento-subdesenvolvimento, a qual, até o ocaso do século XX, era fixada por uma economia mundial composta por **países capitalistas e pré-capitalistas**. Agora, em face da conclusão do processo de integração do conjunto das economias nacionais ao mercado mundo, esta relação se manifesta em um cenário composto exclusivamente por **países capitalistas desenvolvidos e países capitalistas subdesenvolvidos**. Quer dizer, diante da abrangência da globalização, torna-se anacrônico continuar utilizando o conceito de pré-capitalismo como categoria de análise.

Mais recentemente, em particular durante os anos 90, apenas os EUA, entre as grandes economias, lograram encontrar condições mais favoráveis, muito embora, confirmando o padrão contemporâneo do desenvolvimento capitalista, o fizesse mediante o estabelecimento de um ciclo curto expansionista. Entretanto, as demais economias centrais continuaram em marcha lenta e os países subdesenvolvidos, como os elos mais fracos desta cadeia, enfrentaram enormes instabilidades. Aliás, foram estes países que colocaram em prática de forma mais profunda a experiência neoliberal, já que medidas drásticas de desregulamentação e flexibilização tornaram-se lugar comum, mergulhando-os em um ambiente de enorme vulnerabilidade frente às conseqüências do processo de desvalorização imposto a partir dos países centrais.

Em resumo, as avaliações acerca do desempenho da economia mundial nas últimas três décadas, em geral, coincidem quanto à constatação de uma prolongada trajetória de estagnação e instabilidade à qual se agregam elementos recessivos de longa duração. Visto de outra maneira, este desempenho, quando comparado com os cerca de 30 anos vividos pelo capitalismo entre 1945 e 1973, revela um quadro de declínio acentuado.

Todavia, estabelecido o procedimento metodológico aqui adotado, se considera que, em termos teóricos, a estagnação é passível de reversibilidade, uma vez que não foram extirpados os elementos imanentes que fazem do capitalismo um sistema econômico sujeito a crises cíclicas.

Quer-se dizer, portanto, que a própria crise, uma vez instaurada, contém em si mesma potenciais possibilidades de superação, como confirmam os eventos dessa mesma natureza experimentados pelo capitalismo em oportunidades históricas passadas.

Por outro lado, com a configuração do cenário que a literatura contemporânea convencionou denominar de *globalização*, a partir da década de 70, parece cristalizar-se um padrão que subverte a regularidade clássica do ciclo econômico, com isso impossibilitando a confirmação de qualquer recuperação econômica de longa duração, de forma abrangente, a partir do período imediatamente a seguir. Basta que se constate que, em virtude da instalação de uma acentuada assimetria temporal do desempenho econômico entre as nações no passado recente, as duas principais potências capitalistas, a economia japonesa, nos anos 80, e a economia americana, durante a década de 90, vivenciaram ciclos de crescimento de curto-prazo. Porém, na verdade, em termos médios e sistêmicos, as taxas de crescimento declinaram acentuadamente.

Vê-se assim que o festejado e supostamente virtuoso paradigma eletrônico-informacional, contraditoriamente, da mesma forma que colocou o sistema em um novo patamar tecnológico, por outro lado, se revelou totalmente impotente para levá-lo à superação de suas dificuldades. Se foi possível comprimir expressivamente a relação espaço-tempo e, portanto, viabilizar a descentralização mundial e a integração funcional do processo produtivo, também, simultaneamente, serviu de meio para a consolidação da esfera financeira como espaço principal eleito pelo capital para a retomada da lucratividade em bases fictícias e parasitárias (CHESNAIS, 1996 e 2001; ROBINSON, 2003).

O que mais tem sido acentuado nas discussões recentes são os prognósticos acerca das possibilidades de relançamento de uma nova onda longa com a conseqüente abertura de uma fase de prosperidade. Também se discute se o sistema encontra-se em meio a um impasse. Esta última alternativa parece se acentuar, posto que a atual onda longa do capitalismo, inaugurada no pós-segunda guerra, continua trilhando sua fase depressiva. Por conseguinte, o prolongamento desta para além dos limites convencionais passa a ser uma possibilidade mais efetiva.

III. Capitalismo, Estado-nação e instituições “supra-nacionais”

Estudos sobre o capitalismo contemporâneo, de variados espectros ideológicos, têm reduzido o peso específico, conceitual e prático dos Estados nacionais, advogando o advento de um Estado mundial atrelado aos movimentos expansionistas do capital ou ao completo fim de qualquer arquitetura estatal.

Para Arrighi et. al. (2001, p.103) “à medida que esse sistema [interestatal] ganhou âmbito global, (...), a maioria dos Estados perdeu prerrogativas historicamente associadas à soberania nacional. Até nações poderosas, (...) têm sido descritas como ‘semi-soberanas’”. De acordo com

estes autores, a desintegração da ordem mundial bipolar provocou uma fissão das duas fontes de poder mundial: militar e financeiro. O poder eficaz de violência (militar) concentrou-se ainda mais nos EUA, potência vencedora da guerra fria, enquanto o poder financeiro dispersou-se pelos múltiplos rivais, concentrado nas mãos de agentes empresariais transnacionais. Essa bifurcação entre militar e financeiro, no âmbito da economia política global, segundo ele, vêm diminuindo a capacidade dos Estados de controlar o processo de acumulação do capital globalizado.

Numa perspectiva ultraliberal, Rosecrance, um dos principais expoentes da escola globalista norte-americana, sustenta “a hipótese de total internacionalização do capital, libertando-se definitivamente das amarras dos Estados-nação”, argumentando que o único regulador possível do sistema internacional é o mercado, quer dizer, as relações econômicas (ROSECRANCE apud VIGEVANI et al, 1994, p. 22).¹ Estas relações, inclusive, devem ter, no máximo, uma ligação tênue com a sua base territorial, não se apoiando na existência do Estado.

Mesmo em linhas teóricas mais à esquerda, materializa-se uma percepção do completo esgarçamento da autonomia política dos espaços nacionais. Nesta linha, Hardt & Negri (2001, p. 324) afirmam que “a mudança do paradigma de produção para o modelo de rede fomentou o poder crescente das empresas transnacionais, além e acima das tradicionais fronteiras dos Estados-nação”, ou seja, uma perda completa da soberania e autonomia política, já que estes se tornam incapazes de regular as permutas econômicas e culturais. Para eles, a rede, equivalente a uma infra-estrutura de informação, por sua característica imanente, estaria alterando a base econômica e social da sociedade, reforçando o poder das empresas transnacionais e, por conseguinte, reduzindo a zero a autonomia política dos Estados-nacionais.² No entanto, ao mesmo tempo, Hardt & Negri afirmam que as funções do estado e elementos constitucionais não desapareceram, mas sim, *transcenderam*, isto é, foram deslocados para outros níveis de domínios, quais sejam: “organismos nacionais e supranacionais” (2001, p.12).

Essas múltiplas teses, que vêm diagnosticando o declínio, fim ou transcendência dos estados nacionais, apresentam problemas comuns, já que partem de relações sem mediações, implicando o reducionismo da política à economia ou a uma síntese biotecnológica³. A visão economicista, tanto

¹ Nesta perspectiva o mundo do futuro pertenceria às nações comerciais, o que permitiria um crescimento maior da riqueza, caso houvesse uma economia mundial mais livre. Segundo Vigevani et al (p.) os teóricos norte-americanos do globalismo depositam absoluta confiança no mercado devido suas crenças e, principalmente, “a idéia de que os Estados Unidos ainda possuiriam vantagens comparativas no sistema internacional, o que lhe daria sustentação para melhorar sua própria posição” (1994, p. 22). Estes analistas tiveram notável incidência na formulação da política norte-americana nos anos oitenta.

² No auge da produção contemporânea, a informação e a comunicação são as verdadeiras mercadorias produzidas e a rede, em si, é o lugar tanto da produção quanto da circulação (HARDT & NEGRI, 2001, p. 319)

³ Existe subjacente a hipótese segundo a qual, em última instância, a mudança tecnológica estaria modificando o homem, um ser biológico, e, por conseguinte, este engendraria novas mudanças econômicas e sociais. “Máquinas interativas e cibernéticas tornaram-se uma nova prótese integrada a nossos corpos e mentes, sendo uma lente pela qual redefinimos nossos corpos e mentes” (HARDT & NEGRI, p.312).

ultraliberal quanto mais heterodoxa, apreende que a expansão e a centralização do capital no espaço mundial estaria provocando a restrição, quase que total, da esfera política nacional.

Noutra perspectiva reducionista, todavia, mais vinculada à autonomia biológica e, principalmente, tecnológica, observa-se, também, uma visão de que a política se finda no âmbito nacional, deslocando-se para o âmbito do “não lugar”, do virtual, do *locus* do digital, uma vez que a “rede” informacional criaria uma nova forma de organização da produção. A comunicação e a informação, como novos elementos centrais do modo de produção, teriam fomentado, por um lado, a vitória das empresas transnacionais sobre os Estados-nação territorializados e, por outro lado, estariam provocando a diminuição da subsunção do trabalho pelo capital, uma vez que com a ascensão do trabalho imaterial abriu-se a possibilidade de auto-valorização do valor, em certa medida, independente do capital: “cérebros e corpos ainda precisam de outros para produzir valor, mas os outros de que eles necessitam não são fornecidos obrigatoriamente pelo capital e por sua capacidade de orquestrar a produção” (HARDT & NEGRI, 2001, p. 315).⁴ Em suma, estas mudanças provocaram a transcendência do conflito político do âmbito territorial do Estado-nação para o “não lugar”, ou seja, a rede informacional seria o novo ambiente do conflito político da multidão versus poder imperial. No entanto, observa-se nesta visão um reducionismo atrelado à fetichização da comunicação e da informação, na medida em que os *bites* e os *átomos*, os meios, estariam modificando os atores da sociedade, o homem, o que materializaria modificações na base econômica e social da sociedade.

Esta nova articulação interna do modo de produção capitalista, ensejando uma nova ordem, nas perspectivas supracitadas, eliminaria qualquer possibilidade de análise do capitalismo contemporâneo à luz das leis do valor de Marx e do Estado-nação. Portanto, contrariando as idéias propaladas da decadência ou fim do Estado, procura-se demonstrar nessa seção que o Estado-nação persiste, com autonomia relativa e como um fator central na política, sendo o *locus* do poder de classe, mesmo com a assunção das empresas transnacionais e das instituições “supranacionais” no capitalismo contemporâneo.⁵ Não defenderemos aqui a idéia de que “nada mudou” no espaço das relações intranacionais e interestais, pois, como já foi visto, o capitalismo apresenta relevantes e contínuas transformações, ao longo de sua história. Na verdade, partiremos do *constructo* de que as mudanças na esfera da política nacional (Estado-nação) são reflexos de um aumento das tensões: i)

⁴ Para Hardt e Negri (2001) o trabalho imaterial vincula-se à produção de serviços, bens culturais, conhecimentos ou comunicação, tornando indispensável a presença das tecnologias da comunicação e do computador nas atividades laborais. Para uma análise crítica mais detalhada a respeito do conceito de trabalho imaterial em Hardt & Negri, ver Prado (2003)

⁵ Adotaremos, neste artigo, a mesma concepção de Marx para o estado, qual seja: um enfoque antideterminista. Quer dizer: uma relação dialética entre estrutura (bases econômicas) e o Estado (um dos elementos da superestrutura), entrelaçados num todo, com a centralidade das relações de produção. Desta forma, em Marx, a superestrutura (particularizada no Estado) não é reduzida à estrutura econômica (relações de produção)

externas, provocadas por modificações nas relações de coerção e controle entre os estados nacionais; ii) e internas, no âmbito intra-estatal, em virtude de novos rumos das estratégias públicas frente às respectivas classes dominantes da sociedade. (MEYER, 2000).

Ao retermos a história das relações conflituosas, mas complementares, que sempre existiram entre o poder político dos estados e o desenvolvimento internacional do capitalismo, pode-se compreender melhor que a crise contemporânea da maioria dos Estados-nação não deriva do fato de que eles sejam hoje menos soberanos do que sempre foram diante do poder do capital ou das grandes potências. Na verdade, as modificações do capitalismo hodierno não eliminaram as funções dos estados nacionais. O que agora ocorre é a redefinição de suas hierarquias e de seus graus de autoridade no exercício de suas soberanias (FIORI, 1997).

2.1. Capital e Estado-nação: a dialética “virtuosa e feliz”

Apesar do constante antagonismo ao longo da história entre o Capital e o Estado, a disputa só é realmente conflituosa quando os capitalistas são considerados de forma individual. Efetivamente, o que existe é uma dialética “virtuosa e feliz”, uma vez que o Estado-nação moderno, desde sua formação, entre outras coisas, funcionou e funciona como instrumento garantidor do regime de acumulação capitalista através da regulamentação da circulação do dinheiro e do emprego/desemprego da força de trabalho. Para Marx e Engels “o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (1998, p. 03). Isto quer dizer que o Estado-nação, embora contrarie, às vezes, os interesses imediatos de capitalistas individuais, estará sempre atuando em prol, a longo prazo, dos capitalistas como coletividade, funcionando como aparelho regulador e coercitivo dos conflitos entre capitalistas individuais e, principalmente, dos choques entre classe (capital x trabalho).

Esta dialética virtuosa assume diferentes formas ao longo das diferentes fases do capitalismo. Na fase da acumulação *originária*, pré-capitalista, entre os séculos XV e XVIII, o Estado absolutista europeu presidiu formas de violência extra-econômicas para abrir espaços para o capitalismo através da expropriação e expulsão de parte do povo do campo. Quer seja, transformando “os pequenos camponeses em trabalhadores assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital”, que seja criando, “ao mesmo tempo, para esse último seu mercado interno”, separando radicalmente os produtores campesinos dos seus meios de produção (MARX, 1985, p.283). O Estado funcionou, também, como garantidor do contrato social/propriedade privada através do seu poder de polícia, ensejando sustentar e ampliar a acumulação do capital.

A história da soberania estatal se circunscreve a um restrito rol de freqüentadores, um número reduzido de estados europeus. Estados Unidos e o Japão se juntariam a estes a países

européus somente a partir dos anos sessenta do século XIX. No âmbito deste grupo limitado, a questão da competição e soberania apresenta um espaço e uma função completamente diferentes dos demais estados nacionais, mais débeis, gerados pelo imperialismo capitalista.

Entre o pós II guerra mundial e os anos 1970, a competição entre os estados nacionais mais pujantes, a expansão da grande empresa estadunidense e a face keynesiana do estado foram os fatores mais importantes nos processos simultâneos de centralização do poder e do capital. Neste período, conforma-se uma institucionalidade de coordenação e planejamento internacional - Plano Marshall e sistema financeiro internacional – impregnadas da idéia do pleno emprego. O Estado teve um papel fundamental nessa concertação social, uma vez que funcionou como mediador político do acordo entre sindicatos e firmas, estabeleceu políticas industriais e teve atuação direta sobre a demanda efetiva através dos gastos públicos e transferências de seguridade social. Desta forma, o Estado potencializou o processo de expansão produtiva industrial assentado no crescimento da oligopolização dos mercados e do estabelecimento do padrão de consumo de massas, ou seja, serviu como instrumento garantidor do regime de acumulação capitalista.

Desde meados da década de 70 as taxas de acumulação do capital nos países avançados começaram a apresentar trajetórias decrescentes indicando o fim do longo ciclo de expansão da economia capitalista mundial dos “anos dourados”. Materializa-se o esgotamento da acumulação assentada no modelo de desenvolvimento capitalista dos pós II guerra e o conseqüente surgimento de contradições ameaçadoras ao regime. Alguns cânones keynesianos deveriam ser quebrados para promover uma nova rota de acumulação, principalmente, quanto à restauração dos espaços para a acumulação rentista.

Deste modo, a dialética “virtuosa” conduz ao robustecimento do Estado-nação que este se apropria de armas mais poderosas de funções repressivas para garantir a assunção da acumulação rentista. Sendo assim, o capital e os mercados financeiros não desvinculam do poder político, uma vez que este continua sendo uma condição indispensável à multiplicação da lucratividade. Na verdade, o que se altera não é o papel do poder político, mas sim suas formas de atuação e proteção dos espaços nacionais econômicos garantidos para seus capitais. Este processo, nas últimas duas décadas, ampliou a concentração de poder econômico num espaço político restrito, enquanto a competição intercapitalista e interestatal tornou-se extremamente centralizada, o que levou ao aprofundamento da hierarquização entre estados nacionais.

2.2. A crise e o novo papel do FMI, Banco Mundial e OMC

A crise na qual o capitalismo se encontra imerso representa a ação de uma coleção de manifestações econômicas e políticas que caracterizam um período particular de sua trajetória. Em linhas gerais, pode ser afirmado que, desde então, a economia capitalista experimentou uma

relevante e duradoura inflexão da taxa geral de lucro e a cristalização de uma posição de superprodução. A crise acabou orientando o sistema para a busca de meios alternativos de enfrentamento do recuo da lucratividade através de variadas formas, quais sejam, a acentuação a acumulação rentista e o aumento das taxas de mais-valia, vinculadas ao processo de flexibilização e fragmentação do trabalho

Para asseverar a rentabilidade máxima do capital em sua forma financeira, tornou-se necessário a introdução de mecanismos de potencialização da sua mobilidade dentro de determinados parâmetros inerentes à relação espaço-tempo, enquanto em sua forma produtiva elevou-se desmesuradamente a coerção sobre o trabalho. Neste sentido, as amplas medidas de desregulamentação financeira e os ajustes estruturais que os estados centrais, sobretudo os EUA, passaram a impor, via Banco mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC), aos estados nacionais em geral, deram formatação a um novo quadro político-econômico que se materializou na aplicação do chamado receituário neoliberal (BALANCO & PINTO & MILANI, 2003).

Não surpreende, portanto, que, com a crise, o Banco mundial, o FMI e a OMC, instituições econômicas “supranacionais”, tenham se fortalecido, uma vez que elas continuam a desempenhar, só que agora de forma amplificada, funções relevantes para o ajuste integrativo dos espaços mundiais, à luz das novas condições de produção e reprodução do capital.

Fica patente a preocupação embutida nos principais movimentos efetuados por estas instituições, estreitamente identificadas com os seguintes eixos dominantes: i) capitalismo enquanto eixo da esfera econômica; ii) democracia liberal no campo político; iii) valores culturais coerentes com as perspectivas liberais. Este ideário, torna-se uma quase obrigação a ser comprida pelos países que disputam empréstimos ou ajuda financeira, principalmente, nos momentos em que enfrentam dificuldades de captação de recursos para projetos produtivos ou crises cambiais, associados a problemas nos balanços de pagamento (OLIVEIRA, 1998).

Com o intuito de consolidar este ideário neoliberal, o FMI e o Banco Mundial impõem os ajustes estruturais aos países que enfrentam dificuldades. Em linhas gerais, existe uma concordância entre FMI e Banco Mundial nas principais estratégias das reformas institucionais. Vejamos, em cada item seguinte, primeiro as “recomendações” e seus respectivos objetivos, que compõem os ajustes estruturais: i) liberalizar o comércio, revisar políticas de preços, diminuir os subsídios com o objetivo de permitir a operacionalização das vantagens comparativas; ii) eliminar restrições ao investimento externo e alentar a intermediação financeira com taxas de juros reais positivas com o intento de remover a repressão financeira e fomentar a livre circulação de capitais; iii) redefinir o papel do setor público em atividades econômicas, reduzir os programas sociais universalizantes,

eliminar subsídios aos bens e serviços públicos objetivando estimular a iniciativa privada, estabelecer prioridade de investimentos sociais (políticas focalizadas) e desalentar gastos improdutivos que pesem no déficit fiscal (LICHTENSZTEJN & BAER, 1987).

Os EUA sempre tiveram claro predomínio na concepção e implementação do FMI. Ainda que se reconheça que a hegemonia americana tivesse que ser compartilhada e conciliada como o poder das novas forças surgidas no mundo capitalista. Atualmente são membros do FMI 183 países e seu voto depende do montante de quotas em seu poder; esta quantidade, maior ou menor, é reflexo do aporte de dinheiro que cada membro faz anualmente. Os Estados Unidos detêm 18% dos votos e outros quatro membros detêm, juntos, 22%, implicando em que somente cinco países controlam 40% das decisões e dos recursos. O controle americano não se restringe apenas aos aspectos organizativos, uma vez que o diretor executivo norte-americano conta com meios reais para influir nas decisões do FMI, o que contrasta com o que acontece com outros diretores executivos de outros países. Cabe destacar, também, que o Tesouro estadunidense exerce grande influência na estrutura de poder do Fundo (op. cit., 1987)

O Banco Mundial, em parceria ideológica com o FMI, continua a desempenhar papéis a que sempre se propôs desde sua criação como parte dos Acordos de Bretton-Woods. E nunca foram, como agora, tão explícitas e declaradas as funções atribuídas às principais peças da sua holding, formada pelo BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento), encarregado do financiamento de projetos de infra-estrutura do capital de um modo geral, pela CFI (Corporação Financeira Internacional), dirigida para o fortalecimento do capital privado, com mais ênfase nos países com maior intervenção estatal até recentemente, e pela AID (Agência Internacional para o Desenvolvimento), esta última voltada para empréstimos aos países mais pobres. (OLIVEIRA, 1998, p. 29)

Atualmente, 180 países são membros do Banco. Os cinco acionistas principais são Alemanha, Estados Unidos, França, Japão e Inglaterra. Vale ressaltar que os Estados Unidos possuem aproximadamente 19,0% dos votos junto ao Banco, o que garante o status de “país-membro de maior influência, inclusive retendo um virtual poder de veto, posto que as decisões no Banco requerem uma maioria de ordem de dois terços dos votos para as decisões correntes e de quatro quintos de votos para mudanças no Acordo Geral” (op. cit., p.157). Nos últimos anos o Banco Mundial acentuou seu papel como intermediário na obtenção de fundos junto aos bancos privados internacionais, por um lado, e, principalmente, junto aos governos, por outro. Essa expansão dos recursos captados pelo Banco junto aos investidores financeiros, principalmente americanos, significou uma adequação dessas instituições aos padrões que regem atualmente o mercado financeiro.

Além do Banco Mundial e do FMI, as novas formas de integração capitalista se sustentam, também, através da OMC. Estas instituições formam um tripé “virtuoso” para a produção e reprodução do capitalista. Após a Rodada Uruguai e a criação da OMC, as economias nacionais foram obrigadas a adotar uma nova regulação comercial do investimento, dos serviços e da propriedade intelectual. Essas regras, da OMC, de enquadramento a respeito de ações de antidumping, subsídios e medidas compensatórias, agricultura, têxteis e propriedade intelectual, facilitaram e facilitam as práticas monopolistas das grandes empresas internacionais, ao mesmo tempo em que não impede o protecionismo e a regulação nacional das grandes potências. Na verdade, essas regras, não têm qualquer outra razão econômica, a não ser os interesses de um conjunto limitado de grupos poderosos nos países industrializados (TAVARES & BELLUZZO, 2002).

Para Gonçalves (2000) a OMC não apresenta um poder efetivo para fazer com que suas decisões sejam implementadas, o que consolida uma ingente assimetria nas relações internacionais. Por isso, a OMC, da mesma forma que o FMI e o Banco Mundial, se transformou num utensílio relevante da política econômica externa de países desenvolvidos e, particularmente, daqueles com hegemonia no cenário internacional. A retaliação fornece um respaldo importante, na esfera legal, para os países poderosos nos processos de conflito com os países fracos; já o contrário não acontece, pois as queixas, consubstanciadas pelos países em desenvolvimento e reconhecidas pela OMC, conformam uma “retaliação legitimada”, que, na verdade, tem pouca funcionalidade quando o adversário é uma potência mundial.

Em linhas gerais, observa-se claramente que o novo papel das instituições “supranacionais” viabiliza a instrumentalização do novo processo integrativo do capital dos espaços mundiais, conformando um processo de centralização capitalista acelerada, ampliando a concentração do poder econômico e político num espaço restrito, qual seja, o Estado-nação norte-americano. Desta forma, o Leviatã não está se enfraquecendo; o que existe, na verdade, é a subsunção, via coerção, do Leviatã estatal americano sobre os demais estados nacionais. As agências “supranacionais” vêm funcionalizando, com relevante destaque, a nova configuração de poder interestatal de reforçamento do poder americano.

IV. A dimensão política do capitalismo contemporâneo: Império ou nova fase do Imperialismo?

Hodiernamente, muito se discute se estaríamos ingressando numa nova forma global da economia capitalista denominada Império - de acordo com a visão de Negri & Hardt - ou se a atual configuração geopolítica estaria atrelada ao imperialismo em uma nova fase (visões de Chesnais, Fiori, McNally, Brenner, entre outros). Defenderemos nesta seção que a construção de Negri &

Hardt da idéia do Império e contra-império, que busca, explicitamente, a ruptura com determinados padrões de dominação na sociedade, não consegue se liberar de uma visão utópica de emancipação, posto que, através da imanência do indivíduo, acabam por formular uma leitura pouco profícua das verdadeiras contradições de classes que perduram na sociedade atual. Ademais, reforçaremos a idéia, descrita na seção anterior, que o EUA, Estado-nação hegemônico capitalista, continua e vem ampliando sua capacidade autônoma para determinar políticas internas e estabelecer, via coerção, a dominação sobre estados nacionais mais débeis, funcionando como um instrumento do capital nacional americano no processo de integração internacional. Deste modo, pretende-se mostrar que a atual configuração política do capitalista pode ser considerada como uma nova etapa do imperialismo.

Vale ressaltar que a atual configuração imperialista sofre a interferência das práticas estadunidenses de construção de um império a partir de uma “nova ordem global” que já estaria adotando os costumes e, com o fim da Guerra Fria, aproximando o mundo da “paz perpétua” de inspiração Kantiana.⁶ Então, o conceito de hegemonia mundial é modificado, o que significa dizer que, nesta perspectiva, neo-conservadora, as políticas mundiais tenderão a ser cada vez menos compatíveis com a centralização do poder hegemônico nas mãos de um único Estado. “Daí que os Estados Unidos não só são a primeira e a única verdadeira potência global, senão que, provavelmente, serão também a última” (ZBIGNIEW BRZEZINSKI apud AYERBE, 2002, p. 33). Mostrar-se-á, também, que esse sonho imperial liberal do fim da história, como propalada recentemente pela doutrina norte-americana neoconservadora, não passa de uma vulgata. Deve-se ter cuidado em não confundir o conceito de império de Negri e Hardt com o conceito de império liberal, já que eles apresentam características diametralmente opostas.

Para os autores Hardt & Negri o imperialismo, que norteava grande parte do debate teórico e as relações interestatais do século XX, deixa de existir junto com os Estados-nação que o promoveram. Segundo os autores, o mundo transita de um imperialismo moderno para um império pós-moderno, do “não lugar”, ou seja, não existe mais a diferença entre os países do primeiro e terceiro mundo, já que estas realidades tornam-se híbridas e o primeiro mundo pode ser encontrado no terceiro e vice-versa. Podemos representar associar esta idéia à metáfora da “aldeia global”, na qual as diferenças entre países e regiões (territórios) se evaporam, transcendendo para o espaço virtual (rede). Um determinado poder supranacional regula essas diferenças no âmbito do “não

⁶ Ao apresentar a inexistência do conflito entre a política e a moral no âmbito subjetivo, Kant (1989) vislumbra a possibilidade de criar um estado de paz perpétua na dimensão prática através de princípios do direito com o estabelecimento de leis universais. No espaço internacional este processo se consubstanciaria com a criação de uma confederação de estados regulados por estruturas supranacionais. Para Kant esta ordem legalista supranacional possibilitaria a eliminação dos conflitos entre as nações promulgando um permanente estado de paz entre os povos criando uma verdadeira liberdade e igualdade entre os homens.

lugar”. Os autores começam o livro frisando que “o império está se materializando diante de nossos olhos” (2001, p.11), colocando este fato como uma tendência inerente da dinâmica capitalista. Dentro desta visão, sustenta-se que no processo de globalização a soberania dos Estados-nação findou-se, quer dizer, na nova ordem em construção o Estado-nação estaria deixando de ser primordial ao regime de acumulação capitalista.

Por outro lado, estes autores expõem que “*o declínio da soberania dos Estados-nação, entretanto, não quer dizer que a soberania como tal esteja em declínio*” (idem, p.12). A soberania se reveste de uma nova forma – a qual engloba organismos internacionais e supranacionais, regidos por uma lógica única – que levaria à constituição do Império. Desta forma, o poder é constitucionalizado num nível supranacional, no qual o Império materializa-se. Pode-se observar que este poder é representado pelos autores mediante a figura de uma pirâmide, na qual, no topo encontra-se os organismos internacionais e o organismo nacional norte americano, no meio estão as redes de empresas transnacionais e os organismos nacionais subordinados ao poder destas empresas e na base, a Mídia, a igreja, os organismos nacionais e, principalmente, as ONGs que representariam os interesses populares, a multidão. Porém, estes três níveis não implicam a existência de uma hierarquia ou de um equilíbrio funcional de poder, pois existe uma hibridização entre os poderes, abrindo espaço para a assunção da multidão

Por outro lado, esta estrutura de poder garante a possibilidade de modificações através de uma contra-tendência vinda da base da pirâmide, a multidão, o que Hardt & Negri denominaram de *contra-império*. A construção do Império, na qual o poder perpassa pelos indivíduos, modifica os processos produtivos, ganhando espaço o trabalho imaterial. Desta forma, Hardt & Negri pressupõe a eliminação da contradição capital e trabalho e a criação de uma sociedade biopolítica, aproximando-se da idéia foucaultiana de poder.⁷

No entanto, para Hardt & Negri, o declínio do Estado-nação implicaria numa divisão do poder político deste entre vários organismos, tais como, agências, grupos e organizações internacionais, nas quais sobressaem os bancos que buscam se legitimar num nível transacional de poder (BORON, 2003). Mais uma vez, pode-se observar que na teses dos autores parece não mais existir ligação destes bancos com os estados nacionais, como se estes se movimentassem num espaço internacional sem fronteiras. Porém, atualmente assistimos uma acumulação rentista dominando a partir do capital financeiro estabelecido, nos anos 1980, com o processo de liberalização e de

⁷ “O poder se torna inteiramente biopolítico, todo corpo social é abarcado pela máquina do poder e desenvolvimento”. (NEGRI & HARDT, 2001, p. 43). Desta forma, para eles, o poder estaria disperso, mais “democrático” e imanente ao campo social, na medida em que estaria distribuído por corpos e cérebros dos cidadãos. Nesta visão o poder aparece como uma dimensão biológica que perpassa pela dimensão individual sendo associado à produção e reprodução da própria vida.

desregulamentação empreendidos pelos governos dos Estados Unidos e do Reino Unido. Essa livre mobilidade dos capitais foi fruto de uma política deliberada do Estado em consonância com os interesses de determinados grupos econômicos.

Na modernidade o Estado-nação se apropriou das questões políticas e administrativas que eram próprias da aristocracia, mas, na etapa da pós-modernidade, estas funções teriam sido delegadas para outra esfera da vida social, qual seja, o poder supranacional. Assim, aceitar esta idéia seria admitir que as empresas transnacionais não têm uma base nacional, ou que são de propriedade mundial. Estas empresas, na verdade, têm um alcance global, mas sua propriedade encontra-se numa base nacional que legisla e protege esses capitais, e os lucros se concentram em sua casa matriz. Quer dizer, as empresas transnacionais operam desde uma base nacional e é aqui que o papel do Estado-nação é fulcral para seu desenvolvimento.

Pode-se, então, dizer que a realidade, observada de forma ontológica e transcendental mediante o constructo de Império, tende a provocar uma distorção da realidade concreta. Iguala-se, portanto, a uma leitura fetichizada dos acontecimentos históricos recentes, o que oblitera a observação do crescimento do controle por uma nação hegemônica sobre as demais. O Estado-nação, portanto, atualmente, como outrora, continua operando como um agente de controle e hierarquização em favor do capital diante do trabalho. Em outras palavras, o conflito entre capital e trabalho, como pressuposto historicamente determinado a fundamentar o modo de produção capitalista, continua inalterado.

Destarte, o Estado-nação americano configura-se como o organizador do sistema imperialista. Isto quer dizer que o imperialismo não pode ser considerado caduco para as análises das relações inter e intraestatais, muito pelo contrário. Contudo, faz-se necessário adaptá-lo à determinadas novas configurações históricas do modo de produção capitalista.

No pós-Segunda Guerra materializa-se uma nova configuração mundial, qual seja, uma polaridade fundamental, a consolidação do bloco socialista e a divisão do mundo em dois pólos. A partir de então, estabeleceu-se entre as principais potências uma *cooperação antagônica* (cooperação entre os países capitalistas, apesar dos antagonismos existentes entre eles) (THALHEIMER apud MEYER, 2000). Nos “anos gloriosos”, o rápido crescimento das economias capitalistas apoiava-se numa forte participação do Estado, que tentava impedir variações bruscas do nível de atividade tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos. Neste cenário, os Estados Unidos organizavam o sistema mundial imperialista, funcionando como hegemonia. Esta era concretizada através de um comportamento dual, coercitivo e persuasivo, que se circunscrevia ao âmbito das relações interestatal. O aspecto persuasivo foi o elemento fulcral da política internacional norte-americana (MEYER, 2000).

Neste período, como foi visto, foi “sugerido” aos países mais atrasados, mediante a arquitetura de Bretton-Woods, a aplicação de diferentes programas de crescimento econômico como forma de atenuar tensões que poderiam surgir, principalmente para contrarrestar a presença socialista. É aqui que toma força o Estado interventor keynesiano ao atuar nas economias centrais e periféricas propagando políticas de crescimento e desenvolvimento que se relacionavam às necessidades de expansão de capital local. Assim, com o crescimento visava-se eliminar tensões sociais, impossibilitando a insurreições populares em determinados países. Por essa razão, nos “anos gloriosos”, o crescimento se tornou um problema de *segurança nacional*.

O regime de crescimento acelerado começou a desestruturar-se, no início da década de 1970, enquanto, simultaneamente, o bloco soviético começava a declinar, resultando, entre o final dos anos 80 e início dos 90, no fim da Guerra Fria. Com isso, a cooperação antagônica perdeu sentido, uma vez que a ameaça ao bloco capitalista havia desaparecido.

Em meio a um cenário de superprodução e sobrecapacidade delineou-se uma virada nas políticas do centro imperialista. Desde a década de 1980 materializa-se uma nova forma de *cooperação*, qualitativamente diferente da anterior, que iria priorizar o reerguimento das taxas de mais-valia, para o que se colocava a exigência de redução dos mecanismos sociais compensatórios (MEYER, 2000). Esta guinada na política americana, relaciona-se, na dimensão econômica, à “diplomacia do dólar forte”, em 1979, e tinha como objetivo estratégico enquadrar os países sócios e os principais competidores econômicos do mundo capitalista. Pode-se dizer que, a partir daí, o mundo experimentou um processo de globalização financeira do capital e a fixação de um regime de acumulação sob o domínio financeiro. As relações de poder entre os estados e seus efeitos intraestatais, nesse regime, pode ser entendido como uma etapa particular do imperialismo, assentado na dominação interna e internacional do capital financeiro, sob o manto americano.

Apesar das transformações do regime de acumulação verificadas nas últimas três décadas, não podemos afirmar que o capital e os mercados financeiros se tornam independentes do poder político. Observa-se que, segundo Chesnais, “a globalização entendida como a mundialização do capital não apaga a existência de Estados nacionais, nem as relações de dominação e de dependência entre eles. Ao contrario, acentuam os fatores de hierarquização entre países...(CHESNAIS, 1997, p. 22)”.

Evidentemente, Lênin é uma referência fundamental na teorização do imperialismo. Assim, é possível empreender um esforço dedutivo para caracterizar a situação atual a partir da conceituação elaborada por aquele autor. Para ele, “o imperialismo é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do

mundo entre trustes internacionais o onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas” (LENIN, 1979, p. 88).

Lênin, no primeiro quartel do século XX, já tinha percebido a importância da exportação de capitais para legitimar os poderes imperialistas como uma tendência, ressaltando, com isso, a importância dos bancos e das finanças. Nesse processo, deve-se ressaltar o papel primordial da concentração e centralização dos capitais no processo geral de acumulação, pois essa dinâmica é comandada pela ampliação e pela autonomização crescente do capital a juros – capital financeiro. Desde então se observa uma tendência de predomínio do sistema de crédito sobre as órbitas produtiva e mercantil, evidência que potencializada atualmente. Não obstante, na análise da configuração mundial atual, deve-se acrescentar um elemento importante, que Lênin não desenvolveu tendo em vista uma limitação histórico-temporal, qual seja, o extraordinário poder que um único país adquiriu diante dos outros estados nacionais. Dessa forma, em virtude da iniciativa americana, que vislumbra a construção de um Estado Imperial liberal, este quadro complexo remete, hodiernamente, a uma nova fase do imperialismo.

Os Estados Unidos, como organizadores do sistema imperialista, podem ser identificados como a autoridade máxima que rege o processo de globalização através de sua política externa. Esta, atualmente, pode ser identificada a partir do documento dado a conhecer em 20 de setembro de 2002 e intitulado de “Estratégia para a Segurança nacional dos Estados Unidos”. Entretanto, apesar da estratégia americana de perseguir a construção de um Império liberal desde 1991, até o período presente mostrou-se impossível a construção real de uma ordem universal imperial liberal norte-americana. Apesar dessa impossibilidade, a adoção de determinadas medidas de coerção e controle do centro hegemônico sobre os demais países desembocaram em nova forma imperialista.

O documento da estratégia de segurança nacional americana constitui uma codificação elaborada de sua política externa. Neste é afirmado que os EUA devem ser onipresentes em escala mundial, uma vez que o mundo todo, pelo menos no plano da segurança interna, participa da América. A luta agora não é mais contra um estado totalitário forte (bloco socialista), já que as forças de liberdade venceram e, por conseguinte, a democracia, a liberdade e o livre empreendimento. Para o século XXI todas as nações deverão garantir a liberdade econômica e política e os direitos humanos para assegurar a prosperidade futura de seus povos. Neste processo, os Estados Unidos devem atuar no sistema internacional como agentes desta liberdade através do bom relacionamento entre as nações amigas - Estados nacionais que se ajustam às posições e não oferecem perigo contra-hegemônico - e ajudar os povos das nações inimigas a “restabelecer o caminho da prosperidade” mediante a implantação da liberdade econômica e política. “Nós defenderemos a paz ao lutar contra terroristas e tiranos. Nós preservaremos a paz ao construir boas

relações entre potências maiores. Nós estenderemos a paz ao encorajar sociedades abertas e livres sobre cada continente” (THE NATIONAL..., 2002, introdução, p. 02; tradução nossa).

O Estados Unidos proclamam-se convencidos de uma “missão” divina de estender ao mundo, de maneira generosa e desinteressada, o modelo de liberdade, de democracia e dos direitos humanos. Essa visão de liberdade deve ser engendrada como um valor universal a todo o globo e se insere na estratégia americana como um elemento categórico da construção de uma moral kantiana que sobrepõe o poder. Deste modo, a liberdade seria o conjunto de regras que as sociedades deveriam seguir para alcançar um estado de paz perpétua que seria configurado a partir do império americano.

No entanto, as medidas tomadas pelos Estados Unidos provocam um estado de guerra intermitente, já que representa a tentativa de impor pelas armas o “regime democrático” nas mais variadas regiões do globo, o que remete, paradoxalmente, à impossibilidade da construção do Império liberal americano e, por conseguinte, de um estado de paz perpétua. Verdade seja dita, a construção do sonho liberal Imperial americano exigiria a obtenção de uma hegemonia (consentimento ativo) no sentido gramsciano, trasladado para o âmbito internacional ao invés de um transformismo (subordinação ideológica).

O que há subjacente na iniciativa americana de construção da paz perpétua é a ampliação de sua capacidade de controlar e coagir os mais diversos estados nacionais, ou seja, uma nova dominação imperialista através dos elementos econômicos, culturais, políticos, comunicacionais e, principalmente, bélicos. Os Estados Unidos, com o pretexto de alcançar um estado de paz no futuro conseguem ampliar sua hegemonia econômica e ideológica ganhando, cada vez mais, poder no sistema internacional e mantendo-se como centro econômico e político mundialmente. Portanto, a projeção das idéias kantianas para a organização de uma nova estrutura internacional funciona como um instrumento ideológico que proporciona uma determinada hegemonia, para o que concorre a ação voltada para criar no imaginário coletivo dos povos a possibilidade dos mesmos alcançarem um estado final de igualdade e solidariedade mundial.

Na verdade, o que existe é uma organização internacional imperialista, em grande medida, articulada por meio de instituições globais, tais como, FMI, Banco Mundial e OMC, que são dominadas eficazmente, tanto administrativamente quanto politicamente, por um punhado de nações-estado, os mais poderosos do mundo, principalmente os Estados Unidos (McNALLY, 1999). Quando estas instituições não conseguem integrar determinados países ao sistema mundial, através da cultura, da política e do comércio, a potência imperialista, utiliza-se de ações militares - consubstanciadas por determinadas agências “supranacionais” como as Nações Unidas e a OTAN - com a justificativa de que estariam estendendo ao mundo, de forma abnegada, a liberdade, como foi

recentemente confirmado com as invasões do Afeganistão e do Iraque.⁸ Portanto, como afirma Katz, “Es también incorrecto conceptualizar la agresión como un acto del ‘imperio’ en el sentido de Negri y Hardt asignan a este término. Los marines no actuaron al servicio de un capital transnacionalizado, globalizado e indiscriminado, sino a pedido de las corporaciones norteamericanas, a fin de apuntalar la competitividad de estas compañías frente a sus rivales europeos (KATZ, 2003, p. 4)”.

A assunção do império liberal americano perpassaria por uma hegemonia consentida, que implicaria na transformação do terreno ideológico anterior e na criação de uma visão de mundo nova que serviria de princípio unificador da nova vontade coletiva (consentimento ativo). Conforme, descrito anteriormente, este não é o cenário hodierno, já que a soberania política, via Estado-nação, garante a hierarquização do regime de acumulação capitalista e a dimensão do controle e coerção se sobrepõe ao consentimento. Ademais, existe, ainda, a possibilidade de uma maior autonomia econômica européia, provocando, com isso, uma maior tensão, associação e subordinação dos capitais deste continente frente aos seus competidores norte-americanos, que dependeria da capacidade americana para traduzir seu avanço militar em dominação política.

Em suma, grande parte da conformação do pensamento pós-moderno tanto “ultraliberal” ou “neoconservador”, quanto da “nova esquerda”, não passa de uma vulgata que penetrou no imaginário dos mais diversos pensamentos e segmentos sociais através dos nexos imateriais da produção de linguagem, da comunicação e do simbólico, criando uma sociedade do espetáculo descolada da real concreto. À luz da economia política, busca com este processo homogeneizar a superestrutura mundial – através da universalização dos valores culturais - para servir como instrumento ideológico a favor das mudanças na estrutura da produção, possibilitando o aumento das taxas de extração de mais-valia e da acumulação rentista, ou seja, consubstanciando uma contra tendência engendrada pelo capital para perpetuar-se enquanto forma social das relações sociais entre os indivíduos inseridos em diferentes classes sociais.

V – Conclusões

Ao adentrar o novo século o capitalismo permanece mergulhado em uma crise aguda correspondente ao prolongamento da fase depressiva da onda longa de desenvolvimento iniciada em meados da década de 1940. Desnecessário relembrar as conseqüências deletérias que este processo de estagnação impõe à humanidade, enquanto chama a atenção, simultaneamente, por um lado, os

⁸ “Within international institutions, such as the United Nations, or military structures such as NATO, the hierarchy of powers is very strict. The US control to a large extent the military power of Europe, and make constants efforts to secure such a coordinated military efficient order in various regions of the world, as in South America” (DUMÉNIL & LÉVY, 2003, p.6)

impasses que o sistema enfrenta para se descolar da paralisia e instabilidade e, por outro lado, as insuficiências que o campo teórico-conceitual apresenta em suas elaborações destinadas à caracterização deste fenômeno.

Procurou-se ao longo deste trabalho, mediante uma trajetória analítica centrada no arcabouço teórico marxista, constatar que a crise contemporânea, ao tempo em que espelha a atuação estrutural das leis de movimento do capital, revela que esta economia penetrou em um estágio de pronunciada ausência de direção, configurando, dessa maneira, uma trajetória errática do ciclo econômico no presente.

Adotando a posição de que a globalização corresponde a uma *lei* estrutural do capitalismo, é possível concluir que as medidas postas em prática visando o enfrentamento da queda da taxa de lucro estão inscritas em iniciativas de contra-tendência. Entretanto, longe de redirecionar o sistema para uma nova era de prosperidade, o que se presencia são transformações econômicas e políticas que espelham o impasse em questão e, por isso, são portadoras de conteúdos profundamente conservadores e regressivos.

As supostas novidades progressistas, tanto econômicas quanto políticas, tais como as formulações radicalmente liberais que aplaudem a extensão da livre-iniciativa como sinônimo da melhoria das condições de bem-estar geral para a humanidade, e as elaborações heterodoxas que apregoam a evolução do capitalismo para uma vantajosa superestrutura política, em parte reunidas em torno do conceito de Império, que facilitaria a superação daquele por uma sociedade mais igualitária, não se sustentam à luz de uma análise mais rigorosa que parte das contradições fundamentais deste modo de produção.

Os EUA, que desde meados dos anos 1980 tem procurado reforçar sua posição de centro hegemônico, o fizeram em bases político-militares mais profundas e restritivas depois da derrocada da União Soviética e, mais recentemente, após o atentado de 11 de setembro de 2001. Essa ação corresponde à imposição de um dispositivo imperialista inerente ao enfrentamento da crise e da decadência do sistema.

Dados os elementos presentes na configuração da crise na qual o capitalismo está mergulhado, há elementos suficientes no quadro recessivo global que ensejam fortes potenciais de agravamento ou explosão. O cenário de impasse é notório, enquanto a estagnação e a turbulência contribuem para a abertura de condições objetivas de superação do capitalismo mediante processos políticos de ruptura. Contudo, apesar das resistências das forças anticapitalistas, não há ainda sinais claros do que possa eclodir no curto-prazo.

Referências

ARRIGHI, G. & HUI, P. & RAY, K. & REIFER, T. E. *Geopolítica e altas finanças*. In: ARRIGHI, G & SILVER, B. *Caos – Governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contexto, 2001.

AYERBE, F. *Estados Unidos e América Latina: construção da hegemonia*. São Paulo: UNESP, 2002.

BALANCO, Paulo. *As transformações do capitalismo: formulações teóricas para a composição de uma dialética da globalização*. In: IV Encontro Nacional de Economia Política, Porto Alegre-RS, *Anais* (CD-ROM), 1 a 4 de junho de 1999.

BALANCO, P & PINTO, E. & MILANI, A. *A crise econômica e a desarticulação social na América latina: o endividamento estrutural*. III Colóquio de Economistas Políticos da América Latina, Buenos Aires, *Anais* (CD-ROM), 16 a 18 de outubro de 2003.

BORON, A. *Império: dos tesis equivocadas*. IN:Revista Crítica Marxista, nº 16, pp 143-159 ed. Boitempo, São Paulo, 2003

BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: os EUA na economia mundial*. Rio de Janeiro, Record. 2003.

BRENNER, Robert. *The economics of global turbulence*. Londres, New Left Review, nº 229, 1998.

CHESNAIS, François. “Nova economia”: uma conjuntura específica da potência hegemônica no contexto da mundialização do capital. In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, 7 Letras, nº 9, p. 53-85, dezembro de 2001.

CHESNAIS, F. *A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro*. In Praga – Estudos Marxistas, São Paulo, Hucitec, nº 3, pp. 19-46, 1997.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

DUMÉNIL, Gerard & LÈVY, Dominique. *Neoliberal dynamics – imperial dynamics: preliminary draft*. III Colóquio de Economistas Políticos da América Latina, Buenos Aires, *Anais* (CD-ROM), 2003.

DUMÉNIL, Gerard & LÈVY, Dominique. *The profite rate: where and how much did it fall? Did it recover? (USA 1948-2000)*. In: Review of Radical Political Economics, 34, pp. 437-461, 2002.

FIORI, José Luis. *Globalização, hegemonia e império*. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.

GONÇALVES, Reinaldo. *O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2000.

KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua*. São Paulo, L&A Editores, 1989.

KATZ, Claudio. *El Imperialismo em Irak*. Reconquista - Popular. Disponível em: <<http://archives.econ.utah.edu/archives/reconquista-popular/2003w15/msg00116.htm>>. Acesso em: julho de 2003.

KATZ, Claudio. *Ernest Mandel e a teoria das ondas longas*. In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, 7 Letras, nº 7, pp. 74-103, dezembro de 2000.

LENIN, Wladimir, I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo, Global, 1979.

LICHTENSZTEJN, S. & BAER, M. *Fundo Monetário Internacional e Bando Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro*. Editora brasiliense, São Paulo, 1987.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. *O capital – crítica da economia política*. São Paulo, Nova Cultural (Os Economistas), vols. I, IV e V, 1985, 1986.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. In REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O manifesto comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro/Contraponto, São Paulo/Fundação Perseu Abramo, 1998.

McNALLY, David. *The present as history: thoughts on capitalism at the millennium*. IN: Monthly Review, v.51, nº 3, july/august 1999, p. 134-145.

MEYER, Victor. *Articulação e organização internacional dos trabalhadores ante a globalização – um fenômeno emergente*. Salvador, Escola de Administração/UFBA, Tese de Doutorado, 2000.

NEGRI, Toni. & HARDT, Michel. *Império*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

OLIVEIRA, Nelson. *A conversão obediente ao mandato imperial: reflexão sobre políticas impostas pelo Banco Mundial*. Salvador, Cadernos do CEAS, nov/dez, nº 178, pp 21-44, 1998.

PRADO, Eleutério. *Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo – uma crítica a A. Negri e M. Hardt*. In: Crítica Marxista, nº 17, 2003.

ROBINSON, William I., *The debate on globalization*. In: Science & Society, Vol. 67, nº 3, Fall 2003.

SWEEZY, Paul. *More (or less) on globalization*. In: Monthly Review, New York, vol. 49, number 4, September 1997.

TAVARES, M. & BELLUZZO, L. *Desenvolvimento no Brasil – relembrando um velho tema*. In: BIELSCHOWSKY, R. & MUSSI, C (org.). *Políticas para a retomada do crescimento - reflexões de economistas brasileiros*. Brasília : IPEA: CEPAL, capítulo 5, pp 149 – 185, 2002

THE NATIONAL SECURITY STRATEGY OF THE UNITED STATES OF AMERICA. White House. Washington, 2002. mimeo.

VIGEVANI, T & VEIGA, J. P. & MARIANO, K. *Realismo versus globalismo nas relações internacionais*. In: Revista Lua Nova, São Paulo, nº 34, pp 4-26, 1994.